

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO —
RESOLVE RECOMENDAR AO GOVERNO REGIONAL QUE SUSPENDA
DEFINITIVAMENTE TODOS OS APOIOS A PROJETOS PARA
ESTABULAÇÃO TOTAL OU PERMANENTE DE GADO BOVINO,
INCLUINDO OS QUE ESTEJAM EM ANÁLISE E AINDA NÃO TENHAM
RECEBIDO DESPACHO**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1496 Proc. n.º 109
Data:	03 / 05 / 08 N.º 12/x

PONTA DELGADA, 23 DE ABRIL DE 2013



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 23 de Abril de 2013, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, e também por videoconferência com a delegação de Angra do Heroísmo, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projeto de Resolução — Resolve recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabulação total ou permanente de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

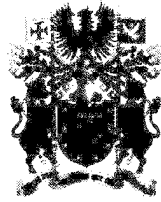
O Projeto de Resolução foi apresentado ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente Projeto de Resolução visa “recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabulação total ou permanente de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho.”

Segundo a iniciativa, “O pastoreio dos bovinos, sem estabulação, é o método tradicional de produção de leite e carne nos Açores, tendo-se tornado uma imagem de marca desses produtos regionais.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

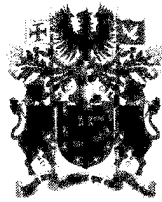
Acrescentando-se que “Este sistema de produção é responsável pelas singulares características nutricionais, químicas e físicas, diferenciadoras da carne e leite açorianos conferindo-lhes uma qualidade superior.”

Por outro lado, sustenta-se que a existência de “notícias recentes sobre apoios financeiros atribuídos na Região para a reconversão de unidades de produção de uma regime extensivo para um regime mais intensivo, com recurso à estabulação total ou permanente dos animais [...] estão em contraciclo com as orientações da Política Agrícola Comum (PAC), porquanto as medidas agroambientais preveem a diminuição da intensificação.”

Acresce que o objeto da recomendação supra identificado justifica-se, ainda, nos termos da presente iniciativa, nas seguintes razões:

1. Na necessidade de acrescentar valor aos produtos açorianos, promovendo a sua diferenciação e segmentação no mercado;
2. No facto do Governo Regional pretender, com a implementação da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, criar a Marca Açores com uma natureza transversal a toda a produção regional;
3. No facto da referida Agenda ter como objetivo apostar na distinção da Marca Açores como uma marca sinónimo de qualidade e excelência;
4. No facto, por fim, de o Governo Regional pretender que a Marca Açores seja uma etiqueta sinónimo de produto natural, sem modificações genéticas e produzido numa Região com uma pegada ecológica de elevado valor ambiental.

A Comissão deliberou, sobre esta matéria, ouvir o Secretário Regional dos Recursos Naturais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No dia 29 de Janeiro de 2013 a Comissão ouviu o Secretário Regional dos Recursos Naturais.

O Presidente da Comissão começou por dar a palavra ao Deputado Nuno Melo Alves, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar proponente, para apresentar a proposta.

O Deputado do CDS/PP começou por afirmar que o seu partido apresentava este projeto com o intuito de impedir que fossem atribuídos apoios à estabulação permanente nos Açores por diversos motivos. Prosseguiu dizendo que Região Autónoma dos Açores tinha passado os últimos anos a criar uma imagem de qualidade dos seus produtos e que o seu partido considerava que um tipo de produção normalmente associados a processos intensivos, sentia que essa imagem seria fortemente prejudicada por processos como a estabulação permanente.

“Pretende-se impedir que a estabulação se torne uma praga, um método comum de produção nos Açores, impedir que sejam concedidos apoios dos fundos comunitários a quem quer constituir estabulação permanente e impedir que se inverta um esforço de décadas caindo na intensificação da produção e de dar a imagem e estarmos a ir por esse caminho”, completou o Deputado Nuno Melo Alves.

O Secretário Regional dos Recursos Naturais começou por afirmar que era necessário desmistificar o que se estava a tratar. Referiu que na opinião pública circulava a ideia que se estava a urbanizar demasiado o meio rural.

“Se fizermos uma análise concreta do que são as estabulações permanentes na nossa região, dos 999 pedidos de apoio que deram entrada, apenas 4 se inserem no conceito de estabulação permanente, 3 deles na Terceira e 1 na Graciosa”, referiu o Governante.

Depois concretizou que partilhava as considerações relativamente à imagem da pastagem na produção pecuária mas relativamente às explorações



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

pecuárias, o bem-estar animal e as condições de trabalho dos produtores, aconselhavam a construção de pequenos abrigos para os animais onde passam pouco tempo.

“Não se vê (a estabulação) como nenhum mal que vem ao mundo, mas sim como uma boa estruturação das explorações pecuárias e boas condições de conforto para os animais. Em termos da situação atual, são apenas 4 projetos de estabulação permanente. Neste momento, as portarias que financiam estes investimentos foram fechadas em Janeiro, já que as verbas do Prorural esgotaram”, concluiu o Secretário Regional.

O Deputado Renato Cordeiro, no uso da palavra, começou por dizer que para se falar de estabulação, era preciso explicar o que era estabulação permanente.

“Mesmo com as regras que existem, para um estábulo permanente seria preciso uma garantia de 60% de que o alimento seria proveniente de pastagens. Não há pretensão de tirar as vacas dos pastos. Outro facto é que quando se fala em estabulação de bovinos, engloba-se tudo. A nossa imagem de carne de pastagem não é boa. Na parte de novilho, vitelão e vitelo, é difícil conseguir mercado. Permitir que não se consiga estabular de qualquer forma é errado”, declarou o Deputado.

Por sua vez a Deputada Zuraida Soares quis saber quais tinham sido os critérios em que o Governo Regional dos Açores se tinha baseado para destes 999 pedidos terem sido entendidos como sendo pertinente a sua aprovação como estabulação permanente.

O Deputado Duarte Moreira, também no uso da palavra, começou por referir que nos últimos anos tinha sido feito um trabalho de modernização da agricultura que teve reflexo sobre como o consumidor via os produtos da Região Autónoma dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Referindo-se ao Projeto de Resolução o Deputado quis saber o que o CDS/PP entendia por estabulação permanente.

“Como já foi dito pelo Deputado Renato Cordeiro, de facto a estabulação em alguns casos vem melhorar as condições de trabalho e a produtividade das explorações, e isto poderá ser importante para a nossa economia rural. Não estamos de acordo que se proíba sem fazer uma análise aos projetos que são apresentados”, referiu ainda o Deputado.

Prosseguindo a sua intervenção o Deputado Duarte Moreira concretizou que a estabulação tinha, em certos casos, algumas vantagens na produção de erva que evita problemas ambientais e um maior aproveitamento de forragens para alimentar os animais.

“Os números comprovam isso mesmo. Há pouquíssimos agricultores a pedirem apoios para projetos de estabulação permanente. Este tipo de projetos implica, na sua maioria dos casos, licenças e pareceres do ponto de vista ambiental que tem um peso vinculativo. No futuro, o Governo Regional dos Açores, no próximo Quadro Comunitário, pretende promover ou reforçar a o papel da nossa agricultura de forma a garantir que a imagem da Região Autónoma dos Açores se reforce neste aspeto”, concluiu o Deputado.

Numa réplica às intervenções anteriores, o Deputado Nuno Melo Alves afirmou que entendia que a estabulação permanente, em termos de custos de exploração, era uma dádiva porque embaratecia muito a produção. A questão para o Deputado era que este tipo de estabulação era a antítese daquilo que devia ser nos Açores.

“A imagem dos produtos açorianos não é compatível com a estabulação e a massificação da produção”, afirmou ainda o Deputado Nuno Melo Alves.

O Secretário Regional dos Recursos Naturais começou por afirmar que concordava, de forma geral, com as constatações do Deputado Renato Cordeiro. Relativamente à questão colocada pela Deputada Zuraida Soares o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Governante referiu que os projetos eram aprovados ou não em função da sua valia técnica, da sua viabilidade económica e de acordo com o que estava disposto em portaria. “Os critérios são públicos e claros”, referiu o Membro do Governo.

Relativamente às questões levantadas pelo Deputado Duarte Moreira o Governante manifestou a concordância com as suas considerações.

“Em termos futuros, a apreciação detalhada desta situação será feita nos próximos meses, não nos parece que venha mal ao mundo se aparecer mais uma ou duas estabulações permanentes, preservando sempre as questões ambientais que são extremamente importantes. Não há projeto que seja aprovado sem os devidos licenciamentos”, afirmou o Secretário Regional.

Referiu ainda que a taxa de comparticipação dos projetos era passível de ser estudada no futuro.

O Deputado Nuno Melo Alves referiu que a questão era que no passado não tinha havido intensificação da agricultura e agora já temos 4 explorações com essas características. Referiu ainda que a estabulação permanente trazia vantagens económicas e que o que estava em causa era a maneira como se fazia essa estabulação.

“Está-se a colocar em causa a sua sustentabilidade. A massificação da produção será um problema. O que poderá fomentar a procura dos nossos produtos são as características que nos diferenciam dos outros. A opção pela estabulação é um retrocesso. Preocupa-me a descaracterização da agricultura açoriana”, referiu o Deputado.

O Deputado Renato Cordeiro perguntou ao Governante, por sua vez, se a maior incidência da estabulação permanente era na fileira da carne ou do leite.

O Deputado Duarte Moreira, por sua vez, afirmou que entendia que estabulação permanente só se verificava com animais que passavam toda a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

sua vida em regime de estabulação e que se alimentavam principalmente com concentrados. De seguida referiu que pensava ser útil alargar esta discussão a outras entidades, nomeadamente solicitando pareceres à Federação Agrícola dos Açores, Lactaçoeres, etc..

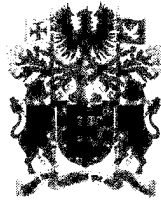
O Secretário Regional afirmou que, para além do fundamento das decisões, terão tido também em conta da necessidade de se ter optado por estas soluções. Relativamente às questões do Deputado Nuno Melo Alves, o Governante voltou a argumentar da mesma forma e confirmou que não havia intenção do Governo Regional dos Açores de implementar a estabulação permanente por todas as ilhas mas que havia casos em que era necessário construir estruturas de apoio à produção, não se podendo, no entanto, considerar isso como implementação da estabulação permanente. Em termos de futuro, acrescentou o Governante, havia casos em que era necessário ponderar da necessidade ou da mais-valia de uma estabulação permanente e que não lhe parecia que viessem a surgir uma enormidade de intenções de criar estabulações permanentes.

Respondendo à pergunta do Deputado Renato Cordeiro, o Membro do Governo afirmou que a nível da carne era essencial a estabulação permanente para melhorar a sua qualidade. Referiu ainda que não fazia sentido querer-se produzir carne de qualidade sem permitir uma alimentação que permita atingir essa qualidade.

A Comissão deliberou, sobre esta matéria, ouvir o Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

No dia 23 de Abril de 2013 a Comissão ouviu o Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

Convidado a dar um parecer sobre este diploma o Presidente da Federação Agrícola começou por dizer que esta matéria causou especulação e estranheza, especialmente na Ilha Terceira.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

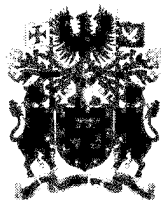
Prosseguiu a sua explanação dizendo que hoje as condições climatéricas condicionavam muitas situações.

“Não havendo uma política total de emparcelamento e a dimensão das explorações ter aumentado exponencialmente, há cada vez mais dificuldade em transitar com o gado nas estradas o que originou criar-se certas infraestruturas. O nosso parecer foi sempre favorável no sentido da criação de alguma estabulação”, afirmou o Dirigente Federativo. Depois referiu que era necessário diferenciar o que era gado estabulado em regime intensivo e semi-intensivo.

“Não gostávamos de ver regime intensivo. O regime intensivo em todo o gado deve ser abolido. Na prática, esta proposta não pode ser aceite porque tem que haver exceções. O CDS/PP cometeu um erro ao tentar dizer que na prática o que tínhamos era só estábulo. Estábulos completos são poucos”, referiu ainda.

O Presidente da Federação continuou a sua intervenção explicando que se começava a *fazer* gado semi-estabulado por causa da alimentação dos animais porque só com erva verde não resultaria. Disse ainda que no gado semi-estabulado, os animais vão dos pastos aos postos de alimentação para se alimentar pois se não houvesse uma alimentação com rações, não era possível ter as explorações que temos.

“As rações são feitas de cereais e oleaginosas. São importantes para o equilíbrio alimentar das nossas vacas. O que tem sido feito pelo Governo Regional dos Açores tem tido o apoio da Federação Agrícola dos Açores e tem sido pública esta posição. Mas este ano foi um ano atípico para o verde das nossas pastagens que se quer associado à nossa imagem. Gostava de deixar claro que a imagem que tem sido explorada, por culpa nossa, desde a visita da Ministra da Agricultura, por lhe ter sido mostrado um estábulo e não um pasto verde como seria recomendável”, referiu o Dirigente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Depois disso o Presidente da Federação estabeleceu uma comparação com a Suíça, em que o verde, segundo ele, estava sempre associado aos seus produtos, apesar de só terem verde durante uma época do ano. Seguidamente afirmou que a imagem da Marca Açores devia estar constantemente associada ao verde.

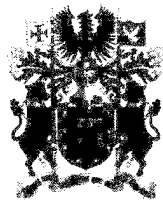
“A semi-estabulação está a tornar-se cada vez mais necessária mas deve-se afastar a imagem de intensificação. A regra devem ser os semi-estábulos e as vacas o mais tempo possível nas pastagens”, concluiu o Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

O Deputado António Toste Parreira referiu-se ao grande investimento feito na agricultura para níveis iguais ou melhores do que no resto da Europa o que trouxe maior qualidade dos nossos produtos. Mencionou de seguida a enorme competitividade existente neste mercado que obrigava os agricultores açorianos a procurar soluções alternativas.

“A defesa da Marca Açores não nos pode impedir de evoluir. Se queremos ser competitivos, é natural que caminhemos para a estabulação”, concluiu o Deputado.

O Dirigente Federativo confirmou a necessidade de haver estábulos para alguns fins, sabendo o que o mercado queria e precisava. Por outro lado, declarou que tinha de haver alguma uniformização no sentido de os animais irem mais ou menos iguais para abate.

“É muito difícil apresentar um produto de qualidade de carne, tornando-se difícil no respeitante aos últimos 60 dias e à coloração da carne. Em relação ao diploma, temos que ter algum cuidado, não pode ser regra a não estabulação porque existe a necessidade de haver estábulos para fazer os devidos acabamentos. Temos ainda um regime de abate de vitelos que se tivermos a necessidade de fazer os acabamentos deles teríamos que criar as devidas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

infra-estruturas para fazermos esses acabamentos, para o que é necessária alguma estabulação”, concluiu o Presidente da Federação.

O Deputado Renato Cordeiro afirmou, por sua vez, que o que estava aqui ia mais para além da própria estabulação em si. Referiu que estabulação para bovinos era uma coisa muito ampla, que abrangia as produções de leite e de carne.

“O que é preocupante é com este diploma tirar-se uma ferramenta que nós na Região Autónoma dos Açores precisamos para crescer. Sem esta ferramenta em que posição é que pode ficar a nossa Região? Outra questão é a quantidade de pedidos de apoios que existe e quantos é que são mesmo de estabulação permanente?”

O Presidente da Federação referiu que na área da carne, a falta de estabulação era mais complicada que a área do leite. Disse ainda, a título de exemplo, que em São Miguel era onde a carne tinha mais problemas.

O Presidente de Federação afirmou que, e passa-se a citar, “a situação da não estabulação, se for essa a vontade, cria-nos um constrangimento gravíssimo que tem que ver com os vitelos, já que queremos alterar o regime de abate dos vitelos. Temos uma situação que está a ser muito valorizada que é o cruzamento da raça Aberdeen-Angus que se faz em São Miguel e há possibilidade de estender a outras ilhas. Se se proibir a estabulação, corremos o risco de falir o sector da carne. Se temos um efetivo de 100 mil vacas de leite, nascendo 45 mil machos por ano, o que se fará com essa carne?”

Declarou de seguida que percebia que se tenha de privilegiar a Marca Açores, mas que era também necessário perceber que grande parte dos alimentos que os nossos animais consomem vem diretamente das mesmas pastagens.

Relativamente aos apoios para regimes intensivos sabia da existência de poucos pedidos, cerca de 5 aprovados e um em vias de aprovação. Confirmou



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

que essa não era uma questão problemática, bem pelo contrário, e essa imagem tinha de passar para o exterior.

O Deputado Francisco Silva reafirmou que a proposta tinha que ver apenas com estabulação permanente e que o CDS/PP nada tinha contra a utilização das rações, desde que não fosse feita em regime de estabulação permanente.

“Parece-me mau quando na defesa da marca Açores surja o outro lado do *verde*, as estabulações. Há por parte da UA vários especialistas que levantam questões quanto ao ambiente e questões sanitárias”, referiu o Deputado.

O Presidente da Federação declarou que tinha consciência que a imagem de marca dos Açores tinha o impacto do *verde* e que se devia proteger essa situação.

“Podemos dar a volta porque o gado que está estabulado alimenta-se sempre de alimento que vem do *verde*. Normalmente os animais estão 20 horas no pasto. No que toca às questões sanitárias, temos mais problemas com os animais na pastagem do que nos estábulos. As nossas imagens têm que ter sempre a ver com a imagem do Verão, em que o *verde* impera. As questões ambientais vão sempre nesse sentido. Os animais quanto mais tempo passarem na pastagem, melhor. As questões ambientais são sempre subjetivas”, referiu o Dirigente Federativo.

Por fim afirmou que a proposta do CDS/PP não podia ser aceite nem agora nem no futuro.

A Deputada Zuraida Soares, utilizando, segundo afirmou, os dados da Secretaria Regional referidos pelo Presidente da Federação nomeadamente a existência de 600 e tal pedidos para estabulação permanente, quis saber quais eram os critérios objetivos para a aprovação de estabulação permanente.

De seguida perguntou também o porquê da maior incidência de casos de estabulação permanente ser na Ilha Terceira.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por fim pediu uma justificação pela existência de apenas de 10% de carne IGP no contexto da produção regional.

Referindo-se ao número de pedidos, o Presidente da Federação afirmou que estes tinham sido apresentados pelo Secretário Regional. Relativamente aos critérios achava que eram aceitáveis, no seu ponto de vista.

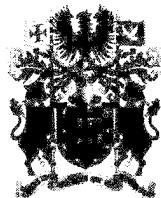
Referindo-se à maior incidência na Ilha Terceira o Dirigente afirmou que esta era uma ilha redonda, com maior apetência para a estabulação. Também por tradição os seus agricultores sempre recorreram em maior número aos projetos de apoio e aí criou-se um pouco a intenção de muita gente fazer a estabulação permanente, erro que, quando detetado, foi corrigido rapidamente.

Quanto à carne IGP afirmou que nunca poderia haver polémica a esse respeito porque tem sido bastante apoiada pelo Governo Regional dos Açores.

“Este tipo de carne pode ajudar a alavancar as outras carnes mas não tem tido o resultado que esperávamos. Ainda temos dificuldade na exportação. Existem regras relativas à carne IGP e ainda há alguma dificuldade em corresponder a essas regras. Esperava-se que houvesse muito mais carne IGP no mercado e não há. Podemos fazer mais. A situação da carne IGP tem crescido, há boas campanhas de marketing e é preciso que a lavoura ganhe confiança nesse mercado para podermos criar mais assiduidade a nível desse mercado. Os nichos de mercado existem mesmo no contexto atual, pelo que há que ser arrojado”, referiu ainda.

O Deputado José Ávila começou por confirmar que o Secretário Regional dos Recursos Naturais, na audição sobre este assunto, tinha referido que dos 999 projetos entrados e analisados apenas 4 estavam associados à estabulação permanente, 3 na Terceira e 1 na Graciosa.

De seguida perguntou ao Dirigente Federativo qual era a posição das associações filiadas naquela Federação sobre este assunto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Presidente da Federação afirmou que nas reuniões com as associações, não havia grandes divergências em relação à sua posição. Ainda não viu nenhuma que fosse diferente.

“Temos hoje uma produção de leite com alguma especialização. É preciso vermos o contexto da estabulação nos Açores, o que existe. Temos mais de 90% de gado nas pastagens”, concluiu.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, afirmou que o objeto da resolução não tinha possibilidades de se adaptar às circunstâncias. De seguida perguntou se a forma como a resolução estava feita, não devia ser aprovada tal qual como estava ou se achava que o que deveria ser feito ou considerado era que a resolução deveria ir no sentido que todos os pedidos de estabulação permanente pudessem ter um conjunto de exceções.

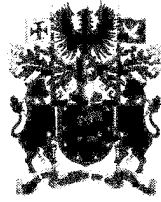
O Presidente da Federação começou por reafirmar que esta posição (inscrita neste Projeto de Resolução) não fazia sentido para a produção e que, como tal, as coisas tinham de ser claras.

“Não faz sentido cancelar todos os projetos que há para semi-estabulação. Era discriminar de forma negativa uns e outros” disse ainda.

Prosseguiu afirmando que para o futuro não queria que os estábulos permanentes fossem uma regra, mas uma exceção com normas bem definidas.

“Esta situação de cancelar já não deve ser atendida. Penso que todos percebemos a necessidade dos semi-estábulo e acreditamos que tal não irá prejudicar a Marca Açores. Não concordamos com a proposta do CDS/PP nos termos em que esta está”, referiu.

“Creio que a situação relativa ao setor do leite foi demasiadamente achincalhada num programa da rádio da Antena 1, ao que não tive possibilidade de me defender, de defender o sector, pelo que quis deixar clara a sua posição”, concluiu o Dirigente Federativo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Deputada Zuraida Soares, referindo-se ao previsível fim das quotas leiteiras, perguntou se a Região Autónoma dos Açores, para se defender desse flagelo, não devia alterar alguma relação entre a qualidade, a quantidade e a penetração nos mercados.

Adiantou de seguida que, e passa-se a citar “não voltaremos a esta discussão com algumas variáveis em cima da mesa, sabendo que as mesmas se irão alterar substancialmente. Esta análise que estamos aqui a fazer não voltará a estar em cima da mesa com o fim das quotas?”

O Presidente da Federação começou por afirmar que esta era uma questão pertinente.

“Com o sentido de responsabilidade que temos que ter em várias áreas, se não o tivermos, podemos correr um risco enorme de dar cabo das indústrias de lacticínios. Temos estas indústrias dimensionadas para mais quantidade de leite do que eles estão a laborar neste momento. Com a abolição das quotas leiteiras, a produção não vai aumentar. Com a abolição, se nós e as indústrias não pensarmos em acrescentar valor aos seus produtos, cria-se um problema”, referiu.

Depois afirmou que havia uma situação com a Bel, que dizia que pagava o que pagava pelo leite porque tinha uma marca que suportava isso, a marca Terra Nostra.

“Temos que acrescentar valor aos nossos produtos. As indústrias têm uma responsabilidade enorme neste momento no sentido de criar valor acrescentado aos seus produtos. Num cenário de abolição das quotas, temos que ter a consciência que se baixarmos a produção em 100 milhões de litros, fechamos o setor, pelo menos em São Miguel. Apresentando um produto com cada vez mais qualidade, asseguramos o futuro do setor. A qualidade existe e a indústrias têm que o valorizar”, afirmou.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De seguida declarou que o futuro não estava nas marcas brancas e que com quotas ou sem quotas, a Região tinha que se safar, pois em termos de ajudas adicionais, elas não existiam, para desalento da parte da produção.

“A nossa safra não passa pela quantidade mas sim pela qualidade. Se a indústria não conseguir, afunda a produção. Temos indústrias do melhor que há na Europa e assim temos a obrigação de darmos qualidade aos nossos produtos. Nós não temos receios da abolição das quotas, devendo continuar a investir-se neste sector, que é um sector que tem retorno. Se cada um fizer o seu papel, o leite continuará a estar nos Açores de forma pujante”, concluiu o Dirigente Federativo.

A Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, emitir parecer desfavorável ao Projeto de Resolução em análise, com os votos a favor do Deputados do PS e do PSD, com o voto contra do Deputado do CDS/PP e com a abstenção com reserva de posição para Plenário da Deputada do BE.

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente

Francisco Vale César